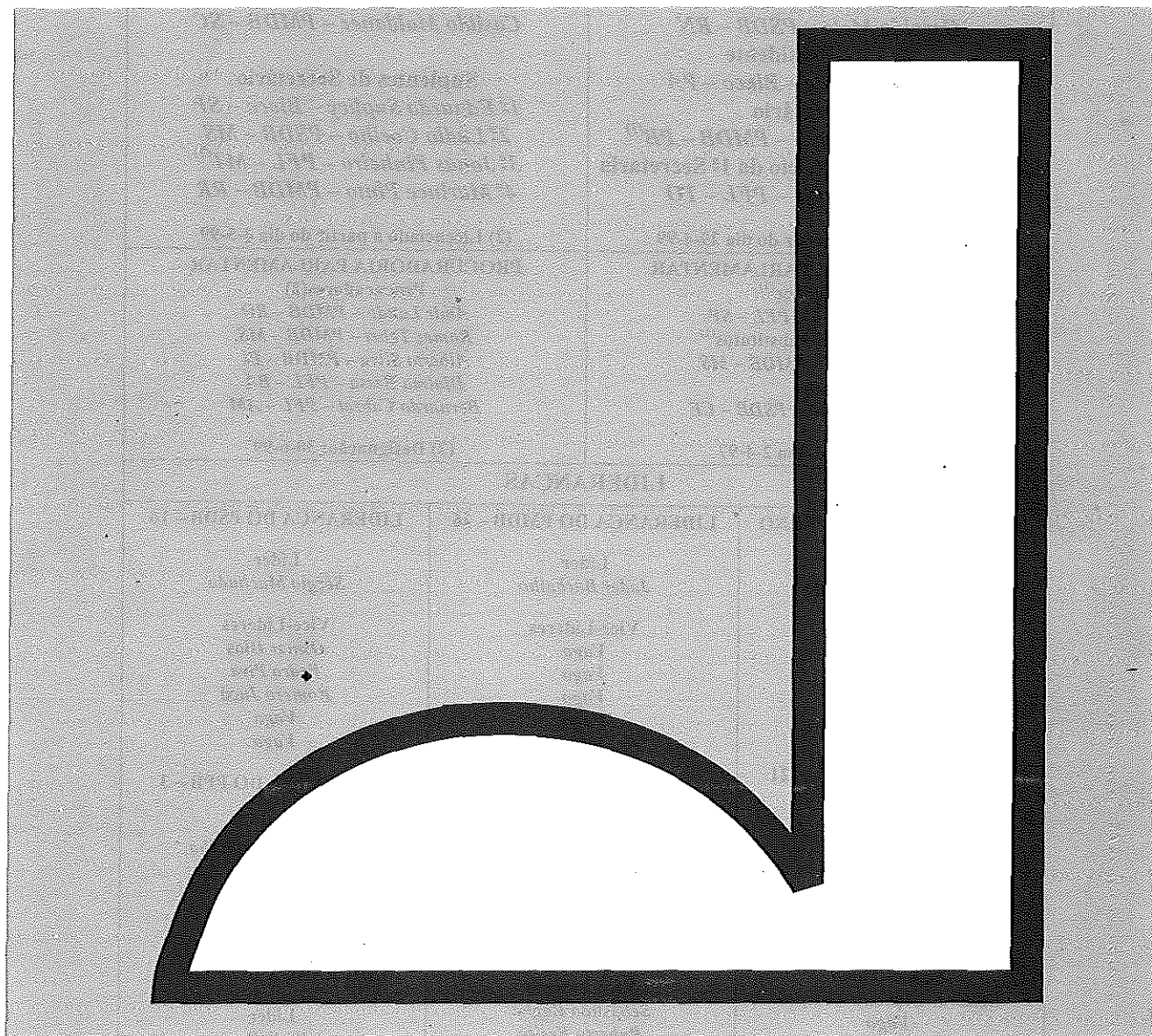




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 135

TERÇA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1999

BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB⁽¹⁾</i> 2º Secretário, no exercício da 1ª Secretaria <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p> <p>(1) Licenciado a partir do dia 29-4-99</p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT⁽²⁾</i> 4º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p> <p>(2) Licenciado a partir do dia 4-5-99</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p> <p>(1) Reeletos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i></p> <p>(2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO – 14</p> <p>Líder <i>Marina Silva</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 16</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 3</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 75, de 1999, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.....	23395
Nº 76, de 1999, que aprova o texto da Emenda ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil – CLAC, Resolução A13-1 (Ampliação da Área Geográfica da CLAC para a Incorporação de outros Estados da América), decidida na 13ª Assembléia, realizada em Santiago do Chile, de 21 a 24 de julho de 1998.	23395

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 114ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE SETEMBRO DE 1999

2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social	
Nº 414/99, de 1º do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 267, de 1999, do Senador Lúcio Alcântara. Ao Arquivo.	23396
2.2.2 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 537, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao caput do art. 36 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	23396
2.2.3 – Comunicações da Presidência	
Recebimento do Ofício nº S/43, de 1999 (nº 108/99, na origem), de 1º do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Resolução nº 8, de 23 de fevereiro de 1994, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão, com sua republicação, proferido por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 21981, que declarou a inconstitucionalidade da referida Resolução (necessidade de lei formal e material para a promoção de equivalência remuneratória entre Judiciário e Legislativo). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	23396
Recebimento do Aviso nº 29, de 1999 (nºs 844 e 845/99, na origem), de 31 de agosto último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o seu Relatório das Atividades referentes ao segundo trimestre de 1999. À Comissão de Fiscalização e Controle.	23397
Término de prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1998 (nº 4.556/94, na Casa de origem), que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....	23397
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.919, em 31 de agosto de 1999 e publicada no dia 1º de setembro, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$110.000.000,00, para os fins que especifica. Designação da Co-	

missão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	23397	Nº 505, de 1999, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 363, 46 e 17, de 1999. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	23412
2.2.4 – Discursos do Expediente		2.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI –		3 – RETIFICAÇÕES	
Considerações sobre os problemas nos setores de saúde decorrentes das desigualdades regionais.....	23397	Ata da 110ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 31 de agosto de 1999 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....	23412
SENADOR PEDRO SIMON – Alerta para a importância da escolha de um ministro forte e independente para a pasta do Desenvolvimento, que possa conciliar a estabilidade da moeda com uma política de desenvolvimento.		Ata da 112ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 2 de setembro de 1999 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.	
	23401	4 – ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO	
SENADOR GERALDO MELO – Análise da crise entre o desenvolvimento e a estabilidade.		Nº 10, de 1999.	
	23405	5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR EDISON LOBÃO – Confiança na escolha, pelo Presidente da República, do novo Ministro do Desenvolvimento.....		Nº 1.988, de 1999, referente à servidora Maria de Fátima Campos Ribeiro (Republicação).	
	23410	Nºs 1.990 a 2.009, de 1999.	
2.2.5 – Leitura de requerimentos		Nº 2.010, de 1999, referente ao servidor Ralph Campos Siqueira.....	
Nº 503, de 1999, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 366 e 45, de 1999. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	23411	Nºs 2.011 a 2.016, de 1999.	
Nº 504, de 1999, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 361, 52 e 21, de 1999. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.		6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
	23411	7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 1999(*)

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de setembro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 3-6-99.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 1999(*)

Aprova o texto da Emenda ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil – CLAC, Resolução A13-1 (Ampliação da Área Geográfica da CLAC para a Incorporação de outros Estados da América), decidida na 13ª Assembléia, realizada em Santiago do Chile, de 21 a 24 de julho de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Emenda ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil – CLAC, Resolução A13-1 (Ampliação da Área Geográfica da CLAC para a Incorporação de outros Estados da América), decidida na 13ª Assembléia do referido organismo internacional, realizada em Santiago do Chile, de 21 a 24 de julho de 1998.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido texto emendado, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de setembro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(*) O texto da Emenda acima citada está publicada no **DSF** de 11-6-99.

Ata da 114ª Sessão Não Deliberativa em 6 de setembro de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº 414/99, de 1º do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 267, de 1999, do Senador Lúcio Alcântara.

As informações foram remetidas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, DE 1999

Dá nova redação ao caput do art. 36 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 36 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. Os atos da campanha eleitoral, assim compreendidos como propaganda por quaisquer meios de comunicação ou através de outras modalidades

de divulgação, ainda que sob forma simulada, ficam limitados a 90 (noventa) dias antes da data das eleições, sob pena de impedimento dos transgressores ou cassação dos respectivos registros. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A limitação do tempo para a campanha eleitoral contribui para a redução de gastos, restringe abusos decorrentes de práticas clientelistas e contribui para o aperfeiçoamento da eficácia eleitoral.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1999. – Senador Pedro Simon.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

.....
Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)
.....

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal o Ofício nº S/43, de 1999 (nº 108/99, na origem), de 1º do corrente, encaminhando para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal cópia da Resolução nº 8, de 23 de fevereiro de 1994, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão, com sua republicação, proferido por aquela Corte nos autos do Mandado de Segurança nº 21.981, que declarou a

inconstitucionalidade da referida Resolução, necessidade de lei formal e material para a promoção de equivalência remuneratória entre Judiciário e Legislativo.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu o Aviso nº 29, de 1999, (nºs 844 e 845/99, na origem), de 31 de agosto último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o seu relatório de atividades, referente ao segundo trimestre de 1999.

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se, sexta-feira última, o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1998, (nº4.556/94, na Casa de origem), que *dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivo da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.*

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a **Medida Provisória nº 1.919**, adotada em 31 de agosto de 1999 e publicada no dia 1º de setembro, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$ 110.000.000,00, para os fins que especifica.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

SUPLENTE

PFL

Carlos Patrocínio
Mozarildo Cavalcanti

Moreira Mendes
Romeu Tuma

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

José Fogaça
Carlos Bezerra

PSDB

Romero Jucá

Lúdio Coelho

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

Marina Silva

Antonio Carlos Valadares

PPB

Leomar Quintanilha

Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Antônio Geraldo
João Ribeiro

Roland Lavigne
Cleuber Carneiro

PMDB

Geddel Vieira Lima
Cezar Schirmer

Milton Monti
Fernando Diniz

PSDB

Aécio Neves

Jutahy Junior

PI

José Genoíno

Arlindo Chinaglia

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 6-9-99 – designação da Comissão Mista

Dia 8-9-99 – instalação da Comissão Mista

Até 6-9-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 15-9-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 30-9-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, por cessão do Senador Nabor Júnior, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, as

políticas de desenvolvimento regional ocupam lugar de destaque nas prioridades dos países desenvolvidos, preocupados em diminuir as disparidades existentes entre suas regiões. Lamentável que o mesmo não ocorra nos países em desenvolvimento, como o nosso, onde as desigualdades regionais são tão intensas que acabam transformando-se numa injustiça profunda e cruel para com as populações mais pobres.

Os preconceitos existentes impedem o desenvolvimento global do País, contribuindo para agravar os problemas sociais, sem que se atinja, apesar de promessas incontáveis, um desenvolvimento sustentado.

Desde a Primeira República, quando São Paulo era o grande exportador cafeeiro e o Rio Grande do Sul, o produtor de bens para o mercado interno, as diferenças regionais começaram a se manifestar nas demais localidades brasileiras, especialmente no Nordeste, periodicamente castigado pela seca, e no Norte, ignorado pelas autoridades governamentais.

Do "milagre brasileiro", acontecido no início da década de 70, para cá, o Brasil passou por processos diversos, desde a desaceleração da atividade produtiva até as crises que atingiram os últimos governos. Essa situação provocou um retrocesso nas políticas sociais e de desenvolvimento regional, deixando algumas regiões do Brasil mais pobres do que já eram. Mesmo na época em que a economia brasileira cresceu a taxas aceleradas, a minha região, o Norte, ficou fora desse crescimento e não foi por ele beneficiada.

Alguns poucos resultados foram obtidos nos últimos anos em favor do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Assim, houve um aumento da localização de grandes empresas de 1970 a 1990 no Norte de 0,9 para 3%; no Nordeste, de 6,3% para 10,5% e no Centro-Oeste de 1,6% para 2,9%. Muito pouco se consideramos que mais de 80% dessas empresas ainda se concentram nas regiões Sul e Sudeste. A desconcentração espacial não prejudicou os grandes conglomerados, que mantiveram o centro de decisão no local de origem.

O crescimento agropecuário aumentou consideravelmente de 1970 para cá: a produção de soja, milho, cana-de-açúcar, trigo, outros produtos e o efetivo bovino expandiram-se muito, o que não trouxe reflexos positivos para a região Norte, que continua estagnada nesses setores. Nessa região houve um aumento na participação do grupo de bens de consumo duráveis e de bens de capital no valor total da transformação industrial, devido, principalmente, às empresas ligadas à Zona Franca de Manaus. Alguns in-

centivos fiscais e financeiros concedidos por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, Sudam, possibilitaram o desenvolvimento de empreendimentos industriais em algumas localidades amazônicas.

Cabe dizer que, em 1970, que a região Norte estava fora da pauta de exportações brasileiras e, em 1990, negociou R\$1,7 bilhão, em minérios e produtos metalúrgicos, praticamente pelo Estado do Pará. Não é nada vantajoso se levamos em conta as exportações feitas pelas outras regiões brasileiras.

Alguns pequenos esforços têm sido feito no sentido de melhorar a situação dessas regiões, como o desenvolvido pelo Banco do Nordeste que, no ano passado, aplicou recursos da ordem de R\$3.265 milhões na economia nordestina. Foram beneficiados mini e pequenos produtores e micro e pequenas empresas. Os principais financiamentos foram concedidos à agropecuária, seguida dos setores industrial, comércio e serviços de infra-estrutura. Os financiamentos a pequenos e microempreendedores beneficiaram contingentes populacionais que vivem à margem do sistema econômico. Dessa forma, populações do semi-árido e da periferia das cidades tiveram alguma ajuda.

O Norte, apesar de registrar um pequeno aumento na participação relativa da população relativamente ativa (PEA), de 3,6 para 4,2%, entre os censos de 70/80, ainda continua sendo a região com mais baixa participação, o que demonstra a miséria de sua população. Não é de admirar, uma vez que as estruturas do emprego são profundamente desiguais, conforme a região do País, acusando diferenças marcantes de uma para a outra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo dados fornecidos por *Cadernos do Terceiro Mundo*, do ano passado, cada município brasileiro recebe R\$10,00 **per capita** para tratar da saúde dos seus munícipes. É natural, então, que as localidades mais carentes tenham maiores dificuldades para enfrentar o problema, pois são nessas localidades que se encontram os maiores bolsões de pobreza e onde é maior a incidência de endemias. A dengue, a tuberculose, a malária (o maior contingente do mundo), o cólera, a leishmaniose e a hanseníase (o Brasil, nesse caso, perde apenas para a Índia) aparecem hoje em muito maior número do que há alguns anos.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição de 1988 foi uma grande conquista de nossa sociedade. Considerado o sistema mais democrático de atendimento em saúde, não conseguiu até hoje ser implantado, exatamente em virtude das

desigualdades regionais. Pelo SUS, a saúde é universal e deveria ser administrada pelo Município, mas apenas 144 cidades brasileiras, de um total de 5 mil, gerenciam, hoje, a saúde de seus habitantes. A taxa de defasagem na tabela do SUS é em torno de 80%. A sobrecarga atinge com mais vigor os Municípios pobres.

Em Porto Alegre, a taxa de mortalidade infantil é de 10 para cada mil crianças nascidas, enquanto no Nordeste essa taxa cresce para 40 no primeiro ano de vida. Em Alagoas e na Paraíba, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa taxa chega a 70 mortes por mil crianças. É uma desigualdade absurda.

Por outro lado, os brasileiros estão sendo obrigados a participar de planos de saúde privados, se quiserem qualquer tipo de atendimento no setor. Há cinco anos, quatro milhões de brasileiros pagavam planos de saúde. Hoje são 44 milhões que se utilizam do setor privado. A saúde pública atingiu o ponto mínimo. Temos 75% dos leitos hospitalares privados, percentagem igual a dos Estados Unidos, enquanto a Argentina, país vizinho, tem 40%. Investimos apenas 4,1% do Produto Interno Bruto em saúde, contra 13,6% dos Estados Unidos e 4,7% da Argentina.

Apesar dos clamores da sociedade, o Governo vem atendendo de forma deficiente a saúde do brasileiro. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) – que de provisória já virou quase permanente – parecia ser a solução do problema, mas não beneficiou a saúde e foi causa para a saída de dois bons Ministros da Saúde: Adib Jatene e Carlos Albuquerque. A assunção do Senador José Serra ao Ministério da Saúde trouxe novas esperanças, mas há muito contra o que lutar: fraude, desperdício e, sem dúvida, as desigualdades regionais, que provocam a proliferação de doenças graves em locais totalmente desprotegidos.

Dos recursos despendidos pelo SUS, no período de janeiro a junho do corrente ano, incluindo pagamentos federais, transferência de alta e média complexidade e transferências de atenção básica, a região Norte foi a menos favorecida. Recebeu em torno de R\$275 milhões, enquanto a região Sudeste recebeu cerca de R\$ 2,39 bilhões.

A rede hospitalar do SUS conta atualmente com 507 unidades na região Norte, a mais extensa do País; 739 na Centro Oeste; 1.142 na Sul; 1.907 na Sudeste e 2.132 na Nordeste. O atendimento público no setor odontológico também reflete de forma intensa as desigualdades regionais. O Ministério da Saúde

diz que cerca de 60% dos procedimentos odontológicos realizados no País são feitos no Sudeste.

A região Norte conta com o menor número de instituições de ensino superior: apenas 40. Quanto aos estabelecimentos de educação básica, a região com o menor número é a Centro-Oeste, com 11.134 instituições. O problema institucional agrava-se quanto mais distante dos grandes centros estiver o Município. A Amazônia, com sua vasta extensão, tem sido duramente castigada no setor.

De acordo com o Boletim das Finanças Estaduais e Municipais do Banco Central, de maio do corrente ano, as maiores dívidas fundadas pertencem aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e as menores, ao Amapá e Roraima. O mesmo se repete nas capitais: São Paulo e Rio de Janeiro são os maiores devedores, e os menores, Boa Vista e Palmas, sendo que Macapá nada deve.

O problema de desigualdades regionais evidencia-se com clareza e tristeza no programa Financiamento e Empreendimentos (Finem), do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Para aquisição e leasing de equipamentos importados são disponibilizados R\$7 milhões para todo o Brasil, exceto para os empreendimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, quando o valor fica reduzido a R\$1 milhão.

Sr. Presidente, a grita do Rio Grande do Sul e de São Paulo quanto à instalação da Ford na Bahia demonstra bem o preconceito do resto do País contra o Nordeste. A abertura da montadora trará empregos diretos e indiretos para uma região esquecida dos governantes e contribuirá para diminuir as desigualdades regionais.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Pois não, Excelência.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª fala sobre as desigualdades, que tanto atormentam as regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os números trazidos por V. Exª são freqüentemente aqui manejados pelos Srs. Senadores, mas poucas vezes de maneira tão concatenada, tão ordenada como V. Exª o faz agora. Em verdade, tudo tem sido feito em benefício do desenvolvimento do Sul e do Centro-Sul do País, e com resultados positivos – temos de admitir –, mas não se pode esquecer das outras regiões brasileiras, que, até territorialmente, são infinitamente superiores. O que se faz em matéria de desenvolvimento

do Amazonas, por exemplo, com a Zona Franca, ainda hoje é motivo de críticas no Sul do País, como se aquele Estado não devesse ser desenvolvido, até para o efeito da integração nacional. O Amazonas teve sua oportunidade com a Zona Franca. Os nordestinos queixam-se de que essa aplicação de R\$3 bilhões do Banco do Nordeste, a que V. Exª se refere, é muito pequena, quase insignificante, e há uma Sudene desorientada, desorganizada, o que significa que não existe uma política efetiva de desenvolvimento da região. O fato é: ou tomamos uma decisão politicamente clara, que beneficie essas regiões desfavorecidas – Norte e Nordeste do Brasil –, ou continuaremos, para o resto da vida, nessa situação de profunda e injusta desigualdade. Quero, portanto, cumprimentar V. Exª pelo tese que levanta nesta tarde – fundamentada pelos números que apresenta – de que ao Governo cabe realmente gerir uma política efetiva de compensação para as regiões pobres do nosso País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço o aparte de V. Exª, que foi Governador do Maranhão – Estado importante da região Nordeste que também faz parte da Amazônia brasileira –, tem uma experiência longa na vida pública e conhece há muito tempo a questão sofrida da desigualdade regional.

Srs. Senadores, o que é importante quando fazemos este discurso é que nossos companheiros do Sul e do Sudeste entendam que a concentração de desenvolvimento em suas regiões também lhes é prejudicial, na medida em que enseja a migração dos nortistas, nordestinos e até da população do Centro-Oeste para o Sul ou Sudeste. Essas pessoas vão em busca de melhores condições de vida, seja emprego, estudo ou até aperfeiçoamento após a formação numa universidade em Belém ou no Amazonas, por exemplo.

Como falei há poucos dias sobre a questão da educação, o Governo Federal deveria desconcentrar até mesmo esse setor, levando, por exemplo, professores das importantes universidades do Sul e Sudeste para irem colaborar com as do Amazonas, Roraima, Amapá, enfim, com toda a região Norte e Nordeste, de forma periódica, não permanente, mas estimulando, por meio da educação, a desconcentração do desenvolvimento.

Sr. Presidente, no momento em que o Governo cria um Ministério do Desenvolvimento e da Integração Nacional, precisamos efetivamente buscar os mecanismos para fazermos um desenvolvimento

mais harmônico, para que o Brasil deixe de olhar somente o litoral e veja os fatos graves que estão ocorrendo na Colômbia, no Peru, na Bolívia, na Venezuela, sem ficar alheio ao que ocorre na nossa Amazônia.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, o seu pronunciamento é da maior importância, assim como o aparte do Senador Edison Lobão. V. Exª começou referindo-se à Primeira República. Salientou que, durante muito tempo, o Brasil tinha São Paulo produzindo café para exportação e o Rio Grande do Sul produzindo produtos primários para a alimentação interna. Na verdade, durante muito tempo, o Rio Grande do Sul foi considerado o celeiro do Brasil. Em 1930, quando o Rio Grande do Sul fez a Revolução de 30, terminou com a dupla “café-com-leite” – Minas e São Paulo –, que governava o Brasil e Getúlio Vargas foi para o poder. Nessa época, São Paulo significava 16% do Produto Interno Bruto do Brasil; e o Rio Grande do Sul representava 12%, estando em segundo lugar. Terminada a revolução, Getúlio Vargas foi para o poder. De 1930 a 1945, o Dr. Getúlio deu força ao desenvolvimento de São Paulo. Em sua carta-testamento, de 1964, Dr. Getúlio Vargas fala da sua luta pela valorização do café, nosso principal produto de exportação, e contra as forças estrangeiras que queriam desmoralizar seu preço. Durante todo esse período em que os gaúchos estiveram no poder – e também metade dos Ministros eram gaúchos –, São Paulo transformou-se na potência do Brasil, e o Rio Grande do Sul ficou estacionado. Depois, veio o movimento de 1964 e o governo de praticamente quatro gaúchos – Costa e Silva, Geisel, Médici e Figueiredo, que não era gaúcho, mas filho de militar que fez toda a carreira no Rio Grande do Sul. Ele, quando jovem, estudou durante toda a vida militar no Rio Grande do Sul e, formado militar, o General Figueiredo passou a vida inteira no Rio Grande do Sul. Por isso, ele era mais gaúcho até que os outros. Em todo esse período, São Paulo ascendeu, e o Rio Grande do Sul continuou estacionado. Não se pode confundir São Paulo com todo o Brasil. Hoje, há um superaquecimento de São Paulo. O Paraná e Minas estão-se desenvolvendo. Mas nós, do Rio Grande do Sul, estamos vivendo horas difíceis. O que produzimos, ao longo da vida, nunca

foi valorizado, sempre foi taxado. Os Planos Cruzado e Real taxaram a alimentação. Agora, com o Mercosul, a importação de carnes e trigos argentinos acontece à vontade. Chegamos a produzir seis milhões de toneladas de trigo no Brasil e importar uma. Hoje, produzimos uma tonelada e importamos sete. Concorro com V. Ex^a quando diz que o Estado de São Paulo é o que deve mais, o que aplicou mais. A Prefeitura de São Paulo é a que aplicou mais, que gastou mais e que deve mais, e as Prefeituras da Região de V. Ex^a e das capitais pequenas praticamente não aplicaram nada. Algo deve ser feito! Perdoem-me o que vou dizer, mas a classe política do Norte e do Nordeste deve reunir-se e estabelecer uma fórmula diferente de buscar esse desenvolvimento. Não sinto que há busca de uma fórmula para ser apresentada ao Governo Federal. Os políticos do Norte e do Nordeste têm grandes famílias, grandes lideranças, grandes chefias e defendem interesses, mas não defendem uma política distributiva de justiça social. São grandes famílias, com grandes proprietários de terra, mas, na verdade, seus Estados não participam do crescimento com justiça social. Poucas verbas vão para o Nordeste, embora deveriam ser infinitamente maiores, mas nenhum ilustre Deputado Federal do PFL assume que construiu poços de irrigação artificial, artesianos, com dinheiro público, nas suas fazendas. Ele disse: "As obras têm de ser feitas, e as fazendas são de alguém. Não se pode fazer poços nas ruas ou nas estradas". Naquela região, não há pequeno, somente grande proprietário. Nós, do Sul – Rio Grande do Sul –, e os políticos do Norte e do Nordeste deveríamos analisar essa questão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e, com muito prazer, incorporo-o ao meu pronunciamento, principalmente considerando a situação atual de V. Ex^a como pré-candidato a Presidente da República, um homem que já governou o Rio Grande do Sul e que tem uma visão muito estratégica deste País.

Sr. Presidente, na verdade, ações equivocadas ou mesmo alguma corrupção praticada por alguém, algum político do Nordeste, não é privilégio da Região Nordeste. Há tantos exemplos. Agora mesmo a Câmara Municipal de São Paulo demonstra para o Brasil o que não se deve fazer em política. Nós, brasileiros, devemos nos unir numa visão estratégica melhor, mais moderna, mais atual, no sentido de beneficiar aqueles mais pobres e evitar não apenas o êxodo rural para as capitais mas também a migração das Regiões Norte, Nordeste e

Centro-Oeste para principalmente o eixo Rio-São Paulo. A Bancada da Amazônia, aliás, está muito articulada, pretendendo consolidar uma frente parlamentar no Senado Federal que servirá para que possamos não apenas cobrar, mas apresentar ao Governo Federal idéias que sabemos e sentimos de nossas Regiões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil sente falta de uma política de desenvolvimento que considere as diferenças regionais, pois só assim atingiremos a redução da pobreza e das desigualdades. Infelizmente, temos de lembrar que os Governos militares, que tantos males dizem ter causado ao País, foram mais sensíveis a essas diferenças. Durante a sua vigência, instalou-se o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, em 1978, e o Governador Rondon Pacheco conseguiu, no início da década de 70, atrair para Betim, em Minas Gerais, a fábrica da Fiat, quebrando o tabu de que tais indústrias só prosperavam em São Paulo.

Por essas razões, espero maior sensibilidade de nossos governantes no estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional que venha reparar as injustiças até hoje praticadas contra brasileiros que vivem em regiões abandonadas, garantindo inclusive a sobrevivência daquelas fronteiras até hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo 48 horas muito importantes na política brasileira. O Presidente da República marcou reunião do seu Ministério para quarta-feira, 8 de setembro.

Apelo ao Presidente da República para que, antes daquela data, escolha um novo Ministro para o cargo vago. Rezo a Deus para que inspire Sua Excelência na escolha desse Ministro. Talvez, desde o primeiro mandato, não tenha sido tão importante para o Senhor Fernando Henrique Cardoso a escolha de um Ministro como essa que fará agora. Houve uma crise, que foi superada. O Presidente agiu com a maior competência e agora terá de escolher o nome de um novo Ministro.

Na minha opinião, é artificial o debate que havia entre o Sr. Malan e o Sr. Clóvis.

Pode-se imaginar um país como o Brasil, que, depois de tanto tempo – desde a guerra, quando veio a inflação –, teve um pequeno período com estabilidade, que foi o do Cruzado I, e nunca teve um plano de estabilidade que levasse à falta da inflação por tanto tempo, como o Plano Real! É evidente que qualquer projeto para o futuro tem que dar importância para a estabilidade. O Sr. Malan, o Sr. Presidente do Banco Central ou quem disser isso não estará dizendo nada de novo. Será que alguém quer voltar a uma inflação maluca como a que tivemos? É evidente que a estabilidade é importante. Então, está certo o Sr. Malan. O Dr. Clóvis embarcou nessa barca do desenvolvimento agora, há 20 dias atrás. Durante todo o tempo em que foi Chefe da Casa Civil, o que havia era uma mágoa, uma queixa generalizada de que ele cortava os projetos. Ficavam em sua gaveta os projetos dos Ministros que queriam fazer alguma coisa.

No entanto, ele está certo, quando diz que o Brasil tem que crescer, desenvolver – já diziam Ministros anteriores, gente do Governo; já dizia o PSDB. É claro que sim! O Brasil tem que desenvolver, crescer gradativamente e cuidar da estabilidade; precisa ser estável, buscando o desenvolvimento. É óbvio! E qual é a graduação desse crescimento? Isso não é para mim, mas para o Presidente, para a sua equipe. Quando cresceremos um pouco mais? Creio que, hoje, o Presidente poderia dar uma chance ao desenvolvimento da agricultura. Ele fala que o País vai produzir milhões de toneladas, mas poderia dar uma chance para uma agricultura que está em estado pré-falimentar. Esse desenvolvimento deveria ser feito sob controle; ele deveria medir as áreas a serem desenvolvidas, determinar aquelas a que dará mais chances de crescimento e em qual proporção. Por isso, é importante o nome que será objeto da escolha.

A manchete "Novo Ministro terá que seguir Malan", do **Correio Braziliense**, é muito ruim. Por que terá de ser alguém que pense como Pedro Malan? Por quê? Creio que será muito bom que o próximo Ministro busque mais o desenvolvimento, mas com lógica, com respeito, com debate.

Quero fazer justiça ao ex-Presidente José Sarney, de quem fui Ministro, pois S. Ex^a realizava os dois objetivos. De um lado, estava Francisco Dornelles, Ministro da Fazenda, arrojado, falante; do outro, João Sayad, que fazia a disputa. Saiu Dornelles. Funaro era Ministro da Fazenda, continuava Sayad como Ministro do Planejamento, e Sarney confronta-

va os dois; o Ministro da Fazenda queria crescer, desenvolver, expandir, e Sayad, com medo, assustado, dizia que não era assim, que era preciso ir devagar. O árbitro era o Presidente Sarney; eles faziam isso com o Presidente e não pelos jornais. Reparem se, alguma vez, no Governo Sarney, Sayad criticou abertamente ou humilhou Funaro ou Dornelles. Isso não acontecia; o debate era interno.

O erro do discurso de Clóvis não é de conteúdo. Quando ele diz que precisa haver mais desenvolvimento, eu concordo. Aliás, na CPI do Sistema Financeiro, disse ao Sr. Chico Lopes que, durante toda a briga, eu estava do seu lado; que, quando afirmava que era necessário crescer, desenvolver, eu também concordava. E perguntei como ele se sentia como responsável pelo Brasil, quando, levando o tempo que levou para desvalorizar o Real, perdeu cerca de US\$50 bilhões. Isto eu sei, mas é a maneira de fazer. Não tivesse o Sr. Clóvis chamado o outro de covarde... Na verdade, não chamou Malan de covarde, mas Fernando Henrique, o Presidente da República, porque Sua Excelência é que manda, dita as normas. Clóvis se exasperou, errou, equivocou-se. Mas há uma diferença muito grande em escolher um Ministro do Desenvolvimento que tenha de seguir Malan.

Penso que o Presidente da República vive o momento mais importante na escolha de um Ministro de seu Governo. É um momento tão importante quanto o que viveu o ex-Presidente Itamar, quando escolheu o próprio Fernando Henrique. Muita gente ficou boquiaberta: Fernando Henrique nem sequer estava aqui; estava no Japão. O Dr. Eliseu Resende veio a esta Casa para responder a um debate e se saiu muito bem; tratava-se de uma crítica da **Veja**, inventando uma série de coisas. S. Ex^a explicou tudo, ponto por ponto e teve o aplauso do Senado. Contudo, na segunda-feira seguinte, a revista **Veja** veio com mais capa e mais reportagem, trazendo outra série de questões — aliás, muito mais fracas e fáceis de serem respondidas.

Então, quando discutíamos no Gabinete – Itamar, Eliseu e eu –, o Sr. Eliseu resolveu sair do Governo, com a seguinte tese: "Eu sei que fui bem; sei que isso é bobagem, mas não posso continuar no Ministério da Fazenda, pois tenho de dar credibilidade e confiança ao Governo, enquanto tenho de dizer, permanentemente, que sou sério". E ele teve a grandeza de sair; pareceu-me que estava certo.

O Sr. Fernando Henrique não estava aqui quando saiu o Sr. Eliseu, tampouco quando foi es-

colhido; foi um gesto do Presidente Itamar. O Sr. Fernando Henrique é um sociólogo, um homem de ciência, mas não é economista e chegou ao Brasil como Ministro da Fazenda. Tão importante quanto essa escolha é a que o Presidente Fernando Henrique vai fazer do novo Ministro do Desenvolvimento. Ele tem que meditar, pensar. A sua opção tem que ser tal, que, no Rio Grande do Norte, no Maranhão, no Rio Grande do Sul, quando divulgar o nome, vão dizer: "Este era o cara. Que baita cara! É um grande cara!" O escolhido deve ter credibilidade, ser uma personalidade de referência, neste País que não tem referência. Olhando-se para os economistas, os intelectuais, os juristas, os homens de rádio e televisão, os políticos, constata-se que, na verdade, não há nomes-referência. O Presidente Fernando Henrique tem de escolher um homem desse gabarito, que tenha condições de conversar com o Sr. Pedro Malan e convencê-lo: "S. Ex.^a tem razão: o negócio é a estabilidade, mas entenda que queremos crescer um pouco. Não podemos ficar estacionados. Não podemos ter recessão. Não podemos ter fome. Não podemos ter desemprego". O novo Ministro tem de dizer-lhe isso; tem de promover intermediação, ser um aliado do Presidente, junto ao Sr. Pedro Malan, ao PSDB e aos outros Ministros. Este é o nome que o Sr. Fernando Henrique tem de escolher: não uma pessoa que vai seguir o Sr. Pedro Malan ou ser contrário a ele, mas um aliado do Presidente da República nessa conduta.

Não agiu bem o meu querido amigo Antonio Carlos Magalhães, com esta manchete: "ACM dá prazo para Malan mudar política econômica". Tem 90 dias, se não der, cai". Foi infeliz o Presidente do Senado, cá entre nós isso não é manchete de amigo nem de aliado. Essa é uma manchete muito ruim. O Sr. Antonio Carlos poderia telefonar para o Fernando Henrique, são amigos íntimos, e dizer: "Ô, Fernando..." Penso que a notícia está certa, estou falando da manchete. As pessoas têm me procurado e dito que agora o Malan é um herói, agora o Malan está acima do bem e do mal; tem gente que até diz que agora o Fernando Henrique é refém do Malan. Essa notícia é correta, só que o meu amigo Antonio Carlos não precisava colocar no jornal. Pega o telefone, liga para ele e diz: "Olha, Fernando, quero te dizer que o Malan está fortalecido, derubou mais um. Mas alguma coisa tem que acontecer, senão, daqui a 90 dias, vai ser cobrado. Não será cobrado do Malan, será cobrado do Fernando Henrique". Como penso que está correto, a infelici-

dade foi colocar no jornal e não telefonar para o Presidente...

Claro que nós, políticos, sempre gostamos de uma manchete, mas o Dr. ACM não precisa porque está aparecendo exageradamente, tem que recuar um pouco das manchetes. Tenho que fazer justiça, não é S. Ex.^a, aonde ele vai há 100 jornalistas atrás dele, há muito tempo eu não via nada igual. Mas isso é verdade, na minha opinião o Sr. Fernando Henrique deve meditar também sobre isso aqui. O Sr. Antonio Carlos, o PSDB e não sei mais quem daqui a 90 dias vão querer resultados; e vão querer, novamente, a cabeça de Malan. Por isso, o novo Ministro – e não tem que ser um homem da confiança do Malan, nem ligado a ele – tem que ser um grande nome de confiança do Presidente da República. Não, um amigo! Amigo, Sua Excelência já o teve: o Clóvis. O Dr. Fernando Henrique tem que entender que o melhor ministro nem sempre é o melhor amigo. Há momentos para tudo: no dia dos amigos, chama-se para casa o melhor amigo; mas, no dia do Governo, escolhe-se quem for o mais capaz.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, nobre Senador.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Não li ainda o **Estado de S. Paulo**, mas V. Ex.^a já o leu por nós. Contudo, li **O Globo**. Neste, registra-se, também, uma declaração do Senador Antonio Carlos Magalhães que, no lugar de 90 dias, fala em 180 dias. Portanto, o dobro. Também não fala em saída do Ministro. Diz que S. Ex.^a ganhou prestígio nesse episódio e que o perderá se, em 180 dias, ou seja, 6 meses, não fizer o País crescer e não mudar a situação em que está hoje. É uma manifestação inteiramente diferente da que se encontra no **Estado de S. Paulo**.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou ontem a manifestação de autoridade do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao demitir o ex-Ministro Clóvis Carvalho. Mas, fez um alerta ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, que se saiu fortalecido do episódio: seu cargo também estará ameaçado se não houver flexibilização da política econômica em três ou quatro meses.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Exatamente. Eu não estou a contestar o que V. Ex.^a disse; digo que **O Globo** registra uma posição inteiramente diferente. Deixe-me concluir o aparte a V. Ex.^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei o aparte, apenas responderei que eu não estou criticando nem divergindo do Senador Antonio Carlos Magalhães. Em tese, eu disse que ele teria feito melhor se telefonasse para o Fernando Henrique. Mas com o que ele está dizendo aqui eu concordo. Acho que é por aí mesmo, ele está certo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Bem, um pouco antes, V. Ex^a dizia que precisamos agora de um Ministro, um nome, uma referência, e que não há esse nome. Olhe, Senador Pedro Simon, não tenho a força de V. Ex^a. V. Ex^a demitiu um Ministro; eu gostaria de nomear um Ministro. Se eu pudesse nomear, daria dois nomes ao Presidente da República: o Delfim Netto, que é uma referência, e o Sr. Affonso Celso Pastore, outra referência. Existem dezenas de outros nomes semelhantes. Mas eu, repito, não tenho a força de V. Ex^a. Portanto, nenhum dos dois vai ser nomeado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Olha, eu vou ser muito sincero. A imprensa me procura desde sexta-feira, me pedindo para dar um palpite. A resposta que eu dou é a seguinte: eu nem penso, para não queimar. Pode ter uma telepatia, eu pensar no fulano, e, por telepatia, o negócio... Eu nem penso, sinceramente, porque eu acho que isso tem que ser..., acho, inclusive, que a imprensa está correta, não se pode fugir da imprensa, ela está fazendo o que é a missão dela, mas não é bom o Fernando Henrique, que já tem seis nomes, é o Fulano, é o Beltrano etc. Eu repito que tem que ser um nome que ele indique e que o Brasil aceite; tem que ser um nome que vai fazer a ligação do Malan, da política de desenvolvimento com a política de estabilidade. Porque, a partir de quarta-feira, o Governo começa a governar.

Espero que o Sr. Fernando Henrique tenha essa sorte. Eu confio em que o Presidente da República tenha essa sorte. Cá entre nós, sabemos que o plano do Governo no fundo é um plano de intenção. Um trilhão e cem bilhões! Mas o que é um trilhão e cem bilhões? É o dinheiro da União, correto; é o dinheiro dos Estados, que eles vão gastar como quiser; é o dinheiro dos Municípios, cujo gasto é imprevisível; é o dinheiro de terceiros, do setor privado. E o próprio Governo entende que vai depender da vinda ou não de uma crise como a que está aí. Prevê 8,5 milhões de novas empresas. Graças a Deus! Claro que sabemos que é quase impossível esse número, mas se for cinco já é muito bom, mas temos que rezar para que seja o maior possível.

Prevê um crescimento do Produto Interno de 4,5% o ano que vem, de 5% a 6% nos outros dois anos. É o caminho certo para o Brasil, é aí que temos que ir.

Desculpe-me a Oposição, mas dizer que não vai dar certo, parece torcer para que não dê certo, não é correto, não é correto. Acho que nós temos que torcer para que dê certo.

Nobres Senadores, ouvi o discurso do querido Senador do Pará que saiu daí agora, e acho que o que devia se fazer nessas metas de desenvolvimento era qualidade do desenvolvimento, era diminuir os desníveis regionais. Eu nunca me esqueço, nunca me esqueço. Eu votei no Lula, não votei no Collor. Era Governador e subi no palanque com ele. O Collor congelou aquele dinheiro todo e fez aquele ato que todo mundo achou uma loucura. Fidel Castro, quando esteve aqui na posse do Collor, perguntava se ele tinha congelado o dinheiro do cidadão. E dizia que nem ele tinha feito isso em Cuba quando assumiu. Aí o Collor foi para a televisão: "Congelei sim. Esse é um País em que ninguém mais trabalhava, em que ninguém mais queria trabalhar, produzir, porque todo mundo queria colocar dinheiro a juros. Ninguém vai produzir. Congelei e, agora, vamos estabelecer como é que vai ser o desenvolvimento". Nunca me esqueço disso, isso nunca saiu da minha cabeça. Ele dizia: "Vou abrir uma torneirinha ali na produção agrícola para produzir alimento de que o Brasil precisa. Eu vou abrir uma torneirinha ali na moradia para que se tenham as moradias necessárias". Não fez nada ele, mas os discursos dele eram corretos.

O que o Sr. Fernando Henrique deve fazer agora, nessa crise entre desenvolvimento e estabilidade, em que a estabilidade é necessária e tem que se dar passos graduais no sentido do desenvolvimento, é selecionar o desenvolvimento. Este País tem 30 milhões que passam fome. Vamos produzir alimentos, vamos dar força à produção de alimentos. Este País tem o Nordeste, que precisa se desenvolver, sim. Vamos fazer uma irrigação planejada, não como a da Alemanha, a dos Estados Unidos e a de Israel, que gastam U\$8 mil por hectare – é o que se gasta na Bahia e em Pernambuco para fazer irrigação. Vamos fazer como a Índia, que gasta U\$400 por hectare. A irrigação na Índia é artesanal, eles não põem a mão-de-obra para fora. Em Petrolina, não precisa de mão-de-obra, porque basta apertar um botão e tudo funciona. Na Índia, é tudo feito quase que manualmente, mas dá emprego para milhares de pessoas, distribui o desenvolvimento com

justiça social. O Presidente da República deveria estabelecer onde haverá desenvolvimento, onde haverá progresso com o nosso dinheiro.

Penso, Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, que Vossa Excelência vive o seu momento mais importante. Reparem que o seu antecessor, o Sr. Itamar Franco, na hora decisiva, teve competência ao escolher Fernando Henrique. Deixou a Nação boquiaberta; escolheu um sociólogo, um homem que já havia sido cassado, sem ligação nenhuma com qualquer classe econômica; e deu certo.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso tem de entender que não é o único emissário de Deus. Ele é gênio, fala várias línguas. Acho impossível conseguir alguém da capacidade fantástica do Sr. Fernando Henrique, mas deve haver alguém semelhante, com pelo menos 50% dessa capacidade. O Presidente tem de escolher pessoas assim e não alguém para ser contra o Malan; também não pode escolher alguém para estar de cabeça baixa para o Sr. Malan, alguém que sempre diga: Amém! Amém!. Isso seria ridículo. É preciso escolher alguém que faça o papel de ligação entre o Sr. Malan e o Presidente da República, entre o Governo e a sociedade. Alguém para fazer esta seleção: vamos crescer, sim; mas onde, como e quando? É esse o homem que o Presidente tem de escolher.

Temos de dar força ao Presidente e torcer para que esse plano dê certo, porque, ao dar certo, debateremos juntos daqui a quatro anos – PSDB, PFL, PT, PDT, cada um com o seu candidato. No entanto, se o plano der errado, não saberemos o que fazer. Já imaginaram a campanha fantástica que teremos daqui a quatro anos, se, na verdade, forem aplicados R\$1,1 trilhão; se houver um crescimento do Produto Interno Bruto da ordem não de 6%, mas de 35 ou 4%; se, na verdade – e não digo que tenhamos oito milhões de novos empregos –, gerarmos cinco milhões? Faremos o debate da campanha política em um outro patamar, no de um Brasil que encontrou seu caminho e que está marchando por ele. Caso contrário, se fracassar o Sr. Fernando Henrique e se fracassar o seu plano, não sei qual será o debate político.

Por isso, dirijo-me daqui ao Senhor Presidente e, humildemente, rezo a Deus para que ilumine Sua Excelência. O grande momento desses cinco anos e meio de seu Governo é agora. O nome que escolher e a determinação que der sobre como será o seu relacionamento com o Ministro Pedro Malan, e dos

dois com o seu Ministério, estabelecerá o caminho que seu Governo vai trilhar.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Geraldo Melo, por vinte minutos.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez até seja de surpreender que um Senador do PSDB, na presente altura dos acontecimentos no cenário político do País, ocupe a tribuna exatamente para falar sobre a aparente crise, o aparente dilema entre desenvolvimento e estabilidade, com todos os seus componentes de excitação e de tensão política que se explicitaram tão claramente nos últimos dias. Embora, como era natural, numa segunda-feira como esta, esteja vazio o salão, não está vazio o País; não estamos vazios de problemas nem de preocupações, de forma que o nosso papel e nosso dever é o de continuar discutindo as questões essenciais do povo.

Ouvi atentamente o discurso do Senador Pedro Simon hoje, como ouvi no final da semana passada, um sendo o segundo capítulo do primeiro. Acredito, porque conheço S. Ex^a tanto e há tanto tempo, na firmeza, na retidão das suas nobres preocupações com o Brasil, e, de certa forma, emocionado-me, como seu amigo de tanto tempo, vê-lo, com todo esse vigor, aplicar sua inteligência e sua experiência a serviço do País, principalmente nos momentos mais difíceis.

Penso, Senador Pedro Simon, que talvez tenhamos nos enredado numa crise que foi muito mais uma crise de atitude do que uma crise real que tivesse alguma coisa a ver com os problemas econômicos que representam hoje o desafio do Governo e a inquietação diária dos nossos concidadãos.

Estamos procurando, com a seriedade e a obstinação reconhecidas por todos e proclamadas por V. Ex^a, tanto no seu discurso passado quanto no de hoje, caminhos construtivos e sólidos para garantir o nosso futuro, enfrentando as dificuldades, as turbulências, por que todas as sociedades do mundo passam em todas as fases do seu desenvolvi-

mento. Se o desenvolvimento fosse a abolição dos problemas, não haveria dificuldades na economia nem problemas sociais em países como os Estados Unidos, a Alemanha, a França, o Japão ou a Inglaterra. Todos eles têm, cada um ao seu tempo, cada um no quadrante de história que esteja vivendo, seus problemas, desafios e dificuldades. Temos os nossos. Compete-nos lidar com eles.

A geração atual de homens públicos, digamos assim, de estadistas deste País tem a responsabilidade de lidar, competente e responsabilmente, com os problemas de hoje.

Penso que precisamos reconhecer a necessidade de evitar que se definam paradigmas rígidos a serem procurados. Cada país tem a sua própria personalidade, a sua história, a sua cultura, o seu povo, os seus recursos naturais e as suas possibilidades. Embora haja referências a buscar, não poder existir um paradigma padrão.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a mesmo acaba de fazer referência à Índia, que, sem dúvida, é um país de onde podemos recolher muitas lições importantes, uma das quais é a de como seguramente precisamos evitar que aconteçam no nosso País muitos fatos que ocorreram e se eternizaram lá.

Afirma-se muito que o Brasil é o País com a pior distribuição de renda do planeta, mas nunca é tarde lembrarmos que a palavra "marajá", que possui um significado tão nítido dentro do linguajar do nosso cotidiano, vem da Índia e se refere a uma categoria de pessoas privilegiadas, posicionadas acima da pirâmide social, em um país dividido em castas, que estabelecem hierarquias quase naturais dentro da sociedade, como se alguma divindade tivesse traçado um destino, um carma para aquele povo, que tinha que ser hierarquizado, dividido em estratos que não se comunicam, em que a ascensão social é quase impossível.

A Índia é um país que tem muito a ensinar de bom, mas possui apenas um terço do tamanho do Brasil e, dentro desse território – um terço do nosso –, não vivem os 160 milhões que vivem aqui, mas um bilhão de indianos. Entre eles, 50 milhões, ou seja, praticamente o equivalente ao número de brasileiros estatisticamente considerados na linha de pobreza ou abaixo dela, nasceram na rua. Suas mães deram à luz na rua. Vivem, viverão e morrerão sem jamais terem tido a oportunidade de dormir uma única noite ao abrigo de um telhado. Infelizmente, há uma miséria imensa em nosso País, e o fato de haver situações piores não nos deve servir

de consolo. Muito ao contrário, deve nos servir de alerta, a fim de evitar que um dia ocorra o mesmo no Brasil. No Egito, por exemplo, Senador Edison Lobão, vemos o drama em que vivem multidões apenas na área metropolitana da cidade do Cairo, onde 350 mil famílias, aproximadamente, fizeram suas residências nos túmulos dos cemitérios, ao ponto de o Governo egípcio ter sido obrigado a instalar água e luz nos túmulos para servir a essa população. Isso não é um consolo. É uma advertência. É um perigo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Geraldo Melo?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Pois não, nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Geraldo Melo, concordo 100% com seu pronunciamento. A referência que fiz à Índia é uma outra referência.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Entendi bem, Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Fui Ministro da Agricultura quando o Presidente José Sarney lançou um plano de irrigação, mediante o qual pretendia irrigar em seu governo dois milhões de hectares. Fui à Índia observar o plano de irrigação feito para um país muito pobre. A irrigação é artesanal, com pipas, mas utiliza a mão-de-obra de uma infinidade de pessoas. O plano de irrigação do Brasil só serve a alguns abastados do Nordeste, devido às grandes extensões. Gasta-se US\$500 por hectare lá, e aqui, US\$8 mil por hectare, porque copiamos os planos de Israel, da Alemanha e dos Estados Unidos, feitos para gente rica, que tem muito dinheiro. Então, o que estou dizendo é que podíamos fazer um plano de irrigação de país pobre, para gente pobre, e que não expulsa o trabalhador. Porque a irrigação no Brasil, onde é aplicada, expulsa o trabalhador, manda-o embora, porque dele não necessita. É só apertar um botão, está tudo ali. O meu argumento é que se irrigue muito mais e se atenda a toda uma sociedade.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Longe de mim, Senador Pedro Simon, haver interpretado equivocadamente as suas palavras. V. Ex^a, de certa forma, ao referir-se à Índia, fez com que eu me lembrasse de que não podemos ter um paradigma fixo, somente isso. Concordo com V. Ex^a e me encantam as soluções em que se tenha elevada densidade de mão-de-obra na organização da produção.

Penso até que a tecnologia moderna chegou a um ponto de tamanha capacidade que ela poderia nos ajudar – a nós que temos preocupações sociais – a encontrar soluções tecnologicamente avançadas, altamente eficientes, utilizando intensamente mão-de-obra. Isso não seria uma proeza tão difícil de realizar com o nível de conhecimento de que se dispõe hoje. Quis apenas dizer que a Índia, como os Estados Unidos, são dois exemplos a olhar, a conhecer, a apreciar, mas não exatamente modelos para serem perseguidos.

No caso da agricultura, por exemplo, há soluções que nós mesmos temos generalizado em relação ao Brasil. E eu deixaria aqui de passagem – porque não quero sair do tema que me trouxe à tribuna – uma única observação: creio que não há mais ninguém neste País que não reconheça a importância, a oportunidade, a necessidade econômica, social e histórica de se fazer a reforma agrária no Brasil. Todavia, a generalização que se faz a respeito, por exemplo, do tamanho da propriedade é de um primarismo gigantesco. Porque uma questão é o tipo de propriedade que se deve ter, por exemplo, no semi-árido nordestino, onde 50 hectares provavelmente não ofereçam, somadas todas as áreas agricultáveis daqueles 50 hectares, o equivalente a 10 hectares. Outra questão é uma área de terra no Maranhão. E muito mais ainda, no Brasil, que, diferentemente da Índia, que apenas no norte tem fronteiras mediterrâneas e uma extensíssima costa, tanto a leste quanto a oeste servida por mar e, portanto, com a possibilidade de ter portos e escoar sua produção; diferente do Brasil que, no oeste e no centro-oeste, ou se produz para o autoconsumo ou havemos de reconhecer que o tamanho mínimo econômico de uma propriedade é diferente daquele que se generaliza. Porque não se pode, numa propriedade de 20 hectares, produzir economicamente, se o produto destinado ao mercado tem que percorrer cerca de três mil quilômetros para chegar a um porto. Não é com 20 ou 30 hectares que se vai tornar viável uma unidade de produção. Refiro-me à necessidade de adotarmos soluções corretas para cada problema.

Sr. Presidente, tivemos muito mais uma crise de atitude do que uma crise na economia. Surgiu recentemente, e com muita força no meu Partido, a tese de que devemos optar. A verdade é essa. Alguns mais gentilmente têm dito a mesma coisa, uns de forma mais explícita, outros até com uma certa infelicidade verbal, como foi o caso do Ministro Clóvis Carvalho, quando afirmou que a timidez era

sinônimo de covardia. Na verdade, S. Ex^a se referia ao fato de que estamos querendo promover o desenvolvimento preservando a estabilidade.

Senador Pedro Simon, considero-me insuspeito para falar sobre esse assunto e para defender a estabilidade, porque os poucos instrumentos de que disponho intelectualmente para falar sobre assuntos econômicos recolhi em um passado que já ficou muito distante, em lugares onde o desenvolvimento era visto quase como uma religião. Venho da escola de Raul Prebisch, de Jorge Ahumada. Fui aluno de Júlio Melnick, de Annibal Pinto Santa Cruz, de Oswaldo Sunkel, de Javier Marques. Nenhum desses pensava que fosse mais importante apresentar no fim do mês uma taxa de inflação modesta, moderada ou um zero sobre a inflação, do que tornar farta a mesa dos nossos concidadãos. Todos acreditavam, como eu, que o desenvolvimento é o grande objetivo de todo esforço econômico.

Na realidade, quando cuidamos de manter a inflação controlada, de manter a estabilidade, estamos administrando os instrumentos de que a economia se serve para funcionar. A economia, de fato, nada mais é do que o esforço organizado feito pela sociedade para colocar à disposição das pessoas aqueles bens, aqueles serviços de que cada um necessita. Aquela pasta de dentes precisa estar no banheiro de manhã, e alguém precisa vendê-la perto da nossa casa para que possamos comprá-la e levá-la para casa.

A atividade econômica destina-se a produzir os bens de que necessitamos, o café que consumimos, o arroz, a carne, o feijão, o leite. Se temos isso suficientemente disponível, oferecido a todos, temos uma economia em boa situação; se temos fome, desemprego e todo o cenário recessivo, então a nossa economia precisa ser cuidada.

O confronto, entretanto, entre os chamados desenvolvimentistas e os que alguns chamam hoje de economistas de estabilidade, o confronto entre os gastadores e os sovins, entre aqueles e os poupadores, só existe na discussão de um único problema: de onde se tiram os recursos para custear o desenvolvimento? É uma questão, então, de como financiar o desenvolvimento.

O fundamento da posição dos desenvolvimentistas: em um momento de crise ou em um momento em que a economia está parada, em um momento de recessão, é a de que é preciso elevar o investimento público para desencadear o processo pelo qual a economia se reanima. Isso significa gastar.

Mas gastar para obter resultados que são fundamentais para vida das pessoas. Esse é o argumento.

E por que eles não querem que se espere pela estabilidade? Porque o processo de conquista da estabilidade é penoso e lento e adia o ganho de velocidade, o impulso que é preciso dar ao sistema econômico para que o desenvolvimento aconteça.

Se estivéssemos hoje em um desses momentos em que, não dispondo de estabilidade, teríamos de optar entre a estabilidade e o gasto inflacionário para permitir a aceleração do processo econômico, eu não hesitaria em defender, mesmo ao preço de desencadear um processo inflacionário, a antecipação do processo de desenvolvimento.

Citei aqui alguns professores que tive no passado. Lembro-me de um deles, que, num salão – já contei essa história no Senado -, onde estávamos 30 ou 40 estudantes de toda a América Latina, em vez de iniciar sua aula, desafiou-nos a responder a uma pergunta constrangedora: “Eu queria saber aqui quem é contra a inflação, ou a favor da inflação, ou pensa que ela não tem nada a ver”, e calou-se. Como nenhum de nós respondeu coisa alguma, concluiu com estas palavras: “Não tenham constrangimento, senhores. Qualquer que seja sua posição, estarão na companhia dos melhores economistas do mundo”.

Existem tendências, correntes e linhas de pensamento para todas as direções. Portanto, a questão não é nenhum tabu em relação à inflação. A questão é se vamos decidir agora entre ter desenvolvimento e inflação ou lutar para obter estabilidade, repito: eu não hesitaria em defender o desenvolvimento, mesmo com inflação.

No entanto, o País já pagou um enorme preço para conquistar a estabilidade, e a conquistou. A estabilidade da economia brasileira já foi conquistada. Ela precisa consolidar-se. Ela precisa aprofundar as raízes que mal deitou sobre o solo deste País. Ela precisa nos garantir que o sacrifício que fizemos não foi em vão. Ela precisa nos garantir que esses desempregados que estão na rua não estão sofrendo em vão. Ela precisa nos garantir que o drama que se abateu sobre a agricultura, o drama que se abateu sobre a indústria nacional, enfrentando todos os agentes produtivos, que essas taxas de juros quase enlouquecidas que tivemos que pagar e ainda estamos pagando em nosso País, que isso não foi em vão. Fizemos a travessia até aqui. Aparentemente falta pouco, pelo menos do dever de casa. Aparentemente falta fazer o que sabemos que todos nós,

inclusive o Parlamento brasileiro, estamos dispostos a fazer: aprofundar e concluir as medidas necessárias para corrigir de uma vez o déficit fiscal. Nós sabemos disso, o que precisamos fazer para acelerar o desenvolvimento é acelerar essas medidas, acelerar a completeza do processo para que, com a estabilidade que conquistamos ainda mais enraizada, possa-se desencadear aceleradamente um processo de desenvolvimento econômico que faça chegar uma brisa nova à casa do povo.

Eu não sei como se sente, ouvindo palavras como essas, quem está precisando de um emprego hoje ainda, quem está precisando assegurar a alimentação de seus filhos hoje ainda, quem esteja precisando hoje de assistência médica e de remédios, de escola. Não sei como se sente. Seguramente, não se sente bem.

Mas acontece, Senador Pedro Simon, que a economia tem as suas regras próprias, tem leis que estão acima do sistema jurídico e que funcionam com seus próprios caprichos. As idéias generosas, mesmo continuando generosas, nem sempre são factíveis. O mundo quase se divide, porque, depois que se dividiu ao meio, quase que se extinguiu num holocausto nuclear. De um lado estavam as idéias liberais; do outro, a generosa proposta de criação de um mundo em que as pessoas fossem menos diferentes, em que a renda fosse melhor distribuída, em que houvesse a propriedade coletiva dos meios de produção.

A utopia que inspirou esse sonho está viva, mas o caminho que leva à realização do sonho é desconhecido. Parte da humanidade procurou trilhar um determinado caminho. E nós sabemos amargamente, pois este final de século nos mostrou que o caminho escolhido não levava a nada.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Fico emocionado com a importância e o significado do pronunciamento de V. Exª. Nesse final, V. Exª está sendo absolutamente correto. Vivemos uma amarga experiência no mundo. A beleza da utopia, que parecia que nos levaria, com correções de rumo, a um final positivo, deu no que deu. Vou ser sincero. Eu nunca fui dessa utopia. Eu fiquei com Pasqualini: sempre defendi a tese de que Deus não distribuiu os homens no mundo para que fossem iguais, mas mostrou nos homens diferenças. E eles têm diferenças profundas, de cultura, de capacidade, em todos

os caracteres. Mas Deus disse que os homens todos, por diferenças mais profundas que apresentem, têm algumas garantias absolutamente necessárias: garantia ao trabalho, e, como fruto desse trabalho, condições de viver com dignidade. Eu diria a V. Ex^a que, neste Brasil em que estamos vivendo — e V. Ex^a diz com toda correção —, eu também não sei o que estará pensando do seu e do meu discurso quem está nos ouvindo agora, quem não tem emprego, que não tem comida para alimentar o seu filho. Como ele vai receber o meu pronunciamento e o que diz V. Ex^a — e eu digo a mesma coisa? Todavia, Senador, num País com esse desafio que V. Ex^a está mostrando agora — de um lado não podemos voltar à explosão de uma inflação, temos que ter estabilidade; mas, de outro lado, precisamos de desenvolvimento — não podemos ficar parados. A mim parece que esta era a grande missão do Sr. Fernando Henrique Cardoso: estabelecer, num país como este, pelo menos com o dinheiro público, onde vamos crescer. O que está acontecendo neste País é o seguinte: qualquer prefeito, governador ou cidadão se acha no direito de crescer naquilo que ele quer. Aliás, aconteceu no passado. O BNH, um banco criado para dar casa para o povo, na minha terra, o Rio Grande do Sul, construiu casas e mais casas de veraneio na beira-mar enquanto não havia casa para aquele cidadão que precisava de um teto para viver. Nós vemos uma série de projetos e de propostas que o BNDES faz para gente grande, gente progressista, e não há proposta alguma para gente pequena. Está aí à disposição o caso — volto para a Índia, perdoem-me — do Banco de Bangladesh, o Banco do Povo, que dá dois, três, quatro, cinco mil dólares para o cidadão sair do zero e ser um microempresário. Entendo, nobre Senador, que essa é a função de um governo socialdemocrata, como é o seu Partido, cujo Governo apóio. Em um momento como este, em que temos que contar os dólares, temos que ter um desenvolvimento organizado, programado. Não é o Governador, o Prefeito, o Deputado, o Senador quem vai estabelecer em que aplicar o nosso dinheiro. Eles que apliquem o dinheiro deles, não o nosso. O Governo podia estabelecer um plano prioritário nesse sentido; em que se vai aplicar. Por exemplo, nas prioridades do programa de Governo do Fernando Henrique, ainda na primeira campanha, simbolizado pelos dedos da mão: na saúde, na alimentação, na educação, na casa popular, segurança. Parece-me que seria por aí.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Senador Pedro Simon, agradeço o enriquecimento

que, como sempre, as palavras de V. Ex^a trazem ao discurso de qualquer um de nós e especialmente deste seu modesto amigo.

Sei, Sr. Presidente, que V. Ex^a já me adverte, o que costumo fazer quando estou exercendo a Presidência, mas gostaria de concluir fazendo duas considerações apenas.

Em primeiro lugar, eu falava sobre idéias generosas e, sem pretender perder-me em considerações mais complexas, contarei uma história que ilustra o que quero dizer.

Era eu Governador de Estado, simultaneamente com V. Ex^a, e visitei uma cidade longínqua, distante de Natal, onde vimos — eu e minha esposa —, no começo do Governo, um cenário dantesco: 72 barracos, onde famílias viviam mergulhadas na mais cruel e mais terrível de todas as misérias. Saímos dali sob pressão daquela emoção que o quadro provocara em nós. Então, em pouco tempo, tínhamos construído 72 casas de alvenaria, com água, luz e esgoto, uma pequena praça, uma pequena creche e uma escola. Não fizemos posto de saúde pois havia um hospital que acabáramos de concluir, praticamente ao lado do local. Chamava-se favela Arizona. Esse nome americano estava dado a uma favela da cidade de Pau dos Ferros, a 400Km de Natal.

O tempo passou, saí do Governo, voltei a Pau dos Ferros algum tempo depois e não reconheci as pessoas daquele bairro, que, no passado, fora a favela Arizona. Comecei a perguntar por fulano, sicrano e beltrano, que eu não via mais ali. E alguém me disse que todos tinham vendido as casas e feito outra favela embaixo da ponte que liga a cidade ao Bairro de São Geraldo, do outro lado do rio. Isso não quer dizer que nada deva se feito. Como Governador, V. Ex^a não deve ter tido uma experiência diferente da minha. Portanto, quero dizer que é preciso que as soluções estejam integradas com a realidade e não apenas com o sonho.

Finalmente, para encerrar, a segunda e última consideração. Falei que temos a estabilidade e que precisamos ter o desenvolvimento. Porém, quando isso ocorrerá? Talvez tenha sido essa a interrogação que inquietou o Ministro Clóvis Carvalho, levando-o ao desastrado pronunciamento que criou para o Presidente Fernando Henrique Cardoso uma situação sem opções.

V. Ex^a assinalou da tribuna do Senado que não se completaram 15 dias que o Governo apresentou ao País o Plano Plurianual, que recebeu o nome de Avança Brasil — com todo o respeito, creio ser um

nome muito jornalístico e cinematográfico para o meu gosto -, um programa que, em síntese, dá um recado do Governo, dizendo que iniciará os investimentos que levarão o País a acelerar o seu crescimento econômico.

O que precisamos fazer, todos nós, mais do que discursos, em proveito da aceleração do processo de desenvolvimento, é nos debruçarmos sobre aquele projeto, oferecermos a contribuição que seja possível e o Congresso Nacional aprovar o projeto o mais rapidamente possível para que se torne uma peça executável unida legalmente e nos dê, parlamentares ou não, a todos nós cidadãos brasileiros o direito de acompanhar e de acompanhar a sua execução.

A segunda coisa que temos que fazer é acelerar a tomada de medidas no Congresso Nacional, e fora dele, que permitam que essa instabilidade aprofunde as suas raízes. Vamos completar as reformas, criar as condições para a correção do déficit fiscal, dar robustez à situação que está criada para que, enfim, aquela nova brisa realmente sopra e para que haja emprego para os desempregados, remédios para os doentes, escolas para as crianças, segurança para as famílias e esperança na casa de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e agradeço a sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não era meu propósito falar esta tarde da tribuna do Senado. Todavia, Sr. Presidente, ouvindo os discursos que acabamos de ouvir, não resisti à tentação de dizer algumas palavras.

Não venho aqui para condenar o Governo, nem criticá-lo, o que também não fez o Senador Pedro Simon. Não venho sequer para elogiar o Governo, mas, talvez, para manifestar a minha solidariedade a tudo quanto Sua Excelência tem feito nos últimos dias no sentido de encaminhar os interesses nacionais na boa direção. Mas venho aqui, Sr. Presidente, sobretudo para falar sobre as belezas da democracia. Caiu um Ministro de Estado, apenas um Ministro de Estado, e a imprensa brasileira, uma das mais sofisticadas do mundo hoje, ocupa-se desse episódio como se se tratasse de um episódio de suprema grandeza. Também o Congresso Nacional, pelas tribunas mais elevadas do Parlamento, procede de igual modo. Quando nós assistiríamos a um episódio dessa natureza no Iraque, por exemplo, na China do passado, na Rússia, na Coreia do Norte? Mas, também, lá o povo não participa

das decisões; o povo é apenas o destinatário das decisões do governo.

Sr. Presidente, o Presidente da República terminou seu primeiro mandato sob embalo dos elogios, o foguetório dos encômios, pelo excelente governo que Sua Excelência fez. E a demonstração cabal disto foi a eleição que obteve para o segundo mandato no primeiro turno. Estamos a menos de um ano do segundo mandato, e Sua Excelência tem a sua popularidade caindo verticalmente. Fruto de quê? De dificuldades de natureza administrativa que fizeram com que ele chegasse a esse ponto.

O Presidente da República, ao longo destes anos todos, fez algumas substituições no seu Ministério, mudando, inclusive, amigos pessoais seus, e quase sempre foi criticado pela lentidão com que toma as suas decisões, aquelas que têm que ser somente dele.

Eu não diria que o Presidente da República não decide. Ele decide, sim! Tem demonstrado que decide. O Plano Real, quando foi Ministro da Fazenda, do Presidente Itamar Franco, já foi um gesto de coragem e uma decisão feliz tomada por ele. E, ainda há pouco, o Senador Pedro Simon lembrava que ele era um Ministro das Relações Exteriores que, àquele instante, encontrava-se no Japão e, aqui, estava sendo nomeado. Um gesto feliz do Presidente Itamar Franco ao nomeá-lo Ministro da Fazenda.

Isso me fez lembrar algo que ocorreu no Governo João Goulart, quando o grande jurista San Tiago Dantas era exatamente Ministro das Relações Exteriores e se encontrava no Chile, numa conferência de Ministros das Relações Exteriores, quando caiu aqui o Ministro da Fazenda, e o Presidente João Goulart o chamou para assumir exatamente o Ministério da Fazenda.

São episódios da História do Brasil que se repetem. São fatos como esses que demonstram que estamos seguindo talvez o caminho correto com alguns ligeiros desvios.

Mas eu falava sobre a capacidade, ou não, de o Presidente da República decidir e entendo que o Sua Excelência tenha a capacidade de decidir, sim. Decide com prudência. Aliás Joaquim Nabuco nos ensina que "dos mais prudentes não se pode esperar decisões supremas. Porém, dos exaltados também não se esperem atitudes sensatas".

O Presidente da República não tem o desejo de ter atitudes supremas, mas sensatas. Todos esperamos que, dentro dessa linha de sensatez, Sua Excelência possa escolher, de fato, o Ministro para o de-

envolvimento nacional, à altura do posto, daquilo que a Nação dele espera.

Existem nomes qualificados para esta função, de tal modo que o Presidente está numa dificuldade não é de encontrar um nome, mas de selecionar entre os melhores. Sua Excelência faz muito bem; já esperou 24 horas e deve esperar mais 48 horas, se assim for necessário. O que ele não pode é errar na escolha do novo Ministro.

Ouvi atentamente as palavras do Presidente Geraldo Melo, que desceu do alto da Presidência e veio a esta tribuna trazer o seu testemunho, o seu conhecimento, a sua experiência, sobre a administração do País e os conhecimentos da história que possui. Ele nos encantou com o seu discurso, que mais parecia um poema. Geraldo Melo tem as mesmas preocupações do povo brasileiro. O povo não está contra o Presidente, mas deseja que ele acerte, recolocando o Brasil exatamente nos trilhos do desenvolvimento, mas com segurança e com estabilidade.

O Senador Pedro Simon participou de uma conversa entre senadores e o Ministro Pedro Malan em que este dizia que não é contra o crescimento; o que não deseja é uma bolha de desenvolvimento. S. Ex^a não deseja uma bolha, ou seja, um desenvolvimento falso, quimérico, mas um desenvolvimento real, positivo, sustentável.

Ontem, liamos um artigo do Professor Roberto Campos. Que coisa admirável! Ele falava sobre o plano de governo de Juscelino Kubitschek que fora encarregado de redigir junto com Lucas Lopes. Levaram ambos ao Presidente Juscelino três ou quatro opções: uma pela estabilidade, outra pelo fiscalismo, e finalmente o plano de metas. Quando o Presidente Juscelino, um político voltado para as aspirações populares, leu o plano de metas, encantou-se com ele, enamorou-se dele, casou-se com ele. E adotou, durante os cinco anos de governo, aquelas metas que haviam sido concebidas por esses dois técnicos extraordinários. Mas ambos advertiram ao Presidente Juscelino que aquele plano de metas, se não fosse acompanhado de um programa de estabilidade fiscal e monetária, levaria o Brasil, no passo seguinte, a extremas dificuldades. E o próprio Roberto Campos informa que, terminado o Governo Juscelino, assumindo Jânio Quadros, foi então nomeado embaixador para sair mendigando no exterior algum empréstimo e alguma tolerância para com a situação econômica do País.

Não queremos que o Brasil hoje mergulhe outra vez em uma situação dessa natureza. O Brasil cresceu. O Brasil, que há pouco mais de 30 anos era a 48ª

nação econômica do mundo, já é hoje a 8ª nação econômica. Isso significa que o Brasil cresceu, desenvolveu-se, o Brasil é uma das 8 maiores nações, entre as 200 do universo. O que precisamos é realmente da estabilidade, com algum crescimento e com emprego para o povo. Precisamos de uma orientação firme e de planos plurianuais que signifiquem, de fato, uma bússola para o futuro desta nossa grande Nação.

Sr. Presidente, não desejo alongar-me. Queria apenas trazer esta palavra neste fim de tarde, que é uma palavra a mais que vem se juntar à do Senador Pedro Simon, um grande político, um parlamentar que merece a nossa admiração profunda, por tudo quanto representa. S. Ex^a é muitas vezes incompreendido por alguns, mas diria que faz o papel do ganso no capitólio, que nos adverte para os problemas que estão por vir. E a sua advertência é sempre útil, porque, com isto, nós, do Parlamento, e também o Governo, nos damos conta das dificuldades que podem surgir se medidas não forem tomadas. E aqui ouvimos a palavra também encantadora do Senador Geraldo Melo, que nos trouxe tantos conhecimentos, tantas lembranças e tantos objetivos para o futuro próximo da nossa Nação.

Acredito no Brasil; acredito no povo brasileiro, no seu dinamismo, na sua capacidade, e estou seguro que esta pequena crise pela qual estamos passando servirá de advertência para que nos reencontremos no passo seguinte com o grande destino da Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 503, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos:

PLS nº 366 e PLS nº 45 de 1999.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1999. –
Senadora **Marluce Pinto**.

REQUERIMENTO Nº 504, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos:

PLS nº 361, PLS nº 52 e PLS nº 21 de 1999.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1999. –
Senadora **Marluce Pinto**.

REQUERIMENTO Nº 505, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos:

PLS nº 363, PLS nº 46 e PLS nº 17 de 1999.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1999. –
Senadora **Marluce Pinto**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, item 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 8 minutos.)

(OS 16967/99)

**ATA DA 110ª SESSÃO
DELIBERATIVA ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1999**
(Publicado no DSF, de 1º de setembro de 1999)

RETIFICAÇÃO

No Sumário, na página 22726, 2ª coluna, no item 1.2.8 – Leitura de projetos, no despacho do Projeto de Lei do Senado nº 521, de 1999 – Complementar,

Onde se lê:

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Lê-se:

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

Na ata, na página 22748, 2ª coluna, no despacho do Projeto de Lei do Senado nº 521, de 1999 – Complementar,

Onde se lê:

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

Lê-se:

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.)

**ATA DA 112ª SESSÃO DELIBERATIVA
ORDINÁRIA, REALIZADA
EM 2 DE SETEMBRO DE 1999**
(Publicada no DSF, de 3 de setembro de 1999)

RETIFICAÇÃO

Trecho de ata, à página nº 23144, referente ao Parecer nº 595, de 1999 – CDIR, oferecendo a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 1999, que se republica por haver saído com incorreções.

PARECER Nº 595, DE 1999
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Lei do
Senado nº 298, de 1999.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 1999, que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino.

Sala de Reuniões da Comissão, 2 de setembro de 1999. – Antonio Carlos Magalhães, Presidente – Geraldo Melo, Relator – Nabor Júnior – Carlos Patrocínio.

ANEXO AO PARECER Nº 595, DE 1999

**Estabelece reserva de vagas nas
universidades públicas para alunos
egressos da rede pública de ensino.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São as universidades públicas obrigadas a reservar, anualmente, cinquenta por cento de suas vagas para alunos que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escola pública.

Parágrafo único. O direito à vaga pressupõe aprovação no processo seletivo adotado pela universidade e classificação dentro do percentual supra-estabelecido.

Art. 2º O Poder Executivo, por meio de seu órgão competente, regulamentará essa lei no prazo de noventa dias, contado a partir de sua vigência.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO**ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO
Nº 10, DE 1999**

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 11, do Ato n.º 15, de 1997, da Comissão Diretora do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1.º - Designar o servidor OLIVAN DUARTE DE ALMEIDA, Analista Legislativo, matrícula 5330, para integrar a Comissão Permanente de Licitação para aquisição de insumos gráficos, instituída pelo Ato do Primeiro-Secretário n.º 03, de 1999, em substituição ao servidor RODRIGO CAGIANO BARBOSA, Analista Legislativo, matrícula 4678.

Art. 2.º - Este Ato entra em vigor a partir de 23 de agosto do corrente ano.

Senado Federal, em 7/ de agosto de 1999



Senador CARLOS PATROCÍNIO
Primeiro-Secretário em exercício

ATOS DO DIRETOR-GERAL

fev. 02/09/99
[Assinatura]

**(*) ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.988, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA DE FÁTIMA CAMPOS RIBEIRO, matrícula 5149, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 3, Especialidade de Datilografia, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, símbolo FC-6, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Aposentadorias e Pensões do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1.º de setembro de 1999.

Senado Federal, 1.º de setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 2-9-99

PUBLICADO
Em 02/09/99
Diretor de SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.990, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO FILHO, matrícula nº 2247, e MARIA DAS NEVES SOUZA ROMUALDO, matrícula nº 2168, como gestor titular e substituta, respectivamente, do contrato nº 017/98, celebrado entre o Senado Federal e a LIDERANÇA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO
Em 02/09/99
Diretor do SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.991, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

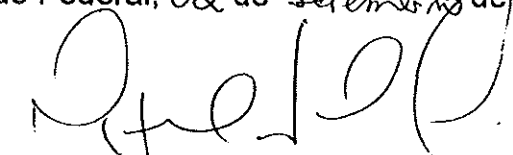
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 4552, e CARLOS ALBERTO CORREA, matrícula nº 2544, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 059/99, celebrado entre o Senado Federal e a BELA VISTA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA.

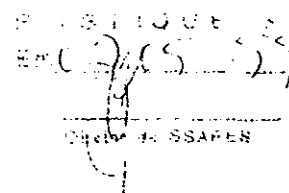
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.992, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 5002, e JOSÉ FERNANDO GOMES FEITOSA, matrícula nº 1349, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 52/99, celebrado entre o Senado Federal e o JORNAL DE BRASÍLIA - J. CÂMARA & IRMÃOS S/A.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PROCESSO Nº 001/99
EM 02/09/99
Diretor-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.993, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

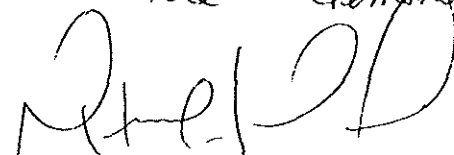
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JULIANA MARIA GUARACY REBELO, matrícula nº 5467, e TATIANA MARTINS DOS MARES GUIA, matrícula nº 5402, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 051/99, celebrado entre o Senado Federal e a JAS- JOÃO AMÉLIO DA SILVA SERV. AUX. TRANSP. AÉREOS LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Em 22/09/99
+
Diretor do SSAPER
+

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.994, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CLEBER DA SILVA ALVES, matrícula nº 5263, e MARCELO FREITAS DE SOUZA, matrícula nº 5005, como gestor titular e substituto do contrato nº 023/99, celebrado entre o Senado Federal e a SIMÕES BOECHAT COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, em substituição aos servidores VANDA MARIA BARROS MENDES, matrícula nº 4882, e CLEBER DA SILVA ALVES, matrícula nº 5263, respectivamente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Em (21/9/99)
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.995, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

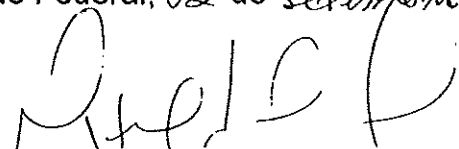
RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras URÂNIA BUENO DA SILVA, matrícula nº 4883, e DENISE COSTA LISBOA, matrícula nº 4884, como gestora titular e substituta do contrato nº 046/98, celebrado entre o Senado Federal e a VETON ELETROMEDICINA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ENC 02/98 118
Diretor de SSAPEB

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.996, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

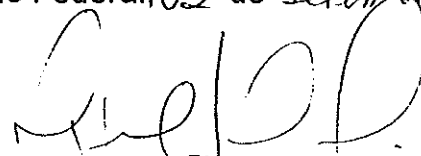
RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras JANETE CARVALHO DE FREITAS, matrícula nº 4885, e SUELI DO CARMO P. DE OLIVEIRA, matrícula nº 5148, como gestora titular e substituta do contrato nº 043/98, celebrado entre o Senado Federal e a BRASMÉDICA HOSPITALAR E ORTOPÉDICA LTDA, em substituição às servidoras VANDA MARIA BARROS MENDES, matrícula nº 4882, e ELIZABETH GUIMARÃES DOS SANTOS, matrícula nº 2242, respectivamente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

2.9219
Diretor do SGAFES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.997, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,


RESOLVE:

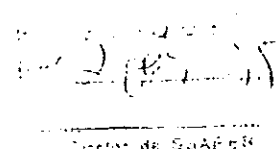
Art. 1º - São designadas as servidoras MARIA DO SOCÓRRO A. DA SILVA, matrícula nº 5013, e ELOIZA SALES CORREIA, matrícula nº 4888, como gestora titular e substituta do contrato nº 003/99, celebrado entre o Senado Federal e a WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS S/A, em substituição às servidoras VANDA MARIA BARROS MENDES, matrícula nº 4882, e ELIZABETH GUIMARÃES DOS SANTOS, matrícula nº 2242, respectivamente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



Director de GuAFe

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.998, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

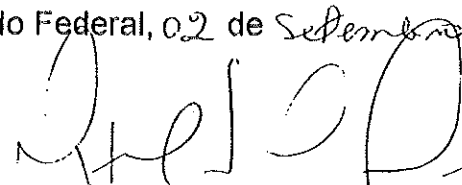
RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras MARIA JOSÉ B. DA SILVA, matrícula nº 5023, e MARIA ANTÔNIA DA CONCEIÇÃO, matrícula nº 4880, como gestora titular e substituta do contrato nº 070/97, celebrado entre o Senado Federal e a ESTERILAV - ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, em substituição às servidoras VANDA MARIA BARROS MENDES, matrícula nº 4882, e ELIZABETH GUIMARÃES DOS SANTOS, matrícula nº 2242, respectivamente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

P. U. S. I. Q. U. E. S. E.
ENC. 2.055
Circular de CSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.999, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 07/99, celebrado entre o Senado Federal e a SOCIEDADE BRASILIENSE DE OTORRINOLARINGOLOGIA E ENDOSCOPIA PERORAL S/C.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PROCESSO Nº 02/99
GRUPPO DE SENAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.000, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 010/99, celebrado entre o Senado Federal e a CLIAOD - CLÍNICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA E AUDIOLOGIA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

RECEBIDO
Em 02/09/99
✓
Diretor, SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.001, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 03/99, celebrado entre o Senado Federal e a ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO CORPO CLÍNICO DO HOSPITAL PRONTONORTE.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICADO
Em 02/09/99
VI
Diretor de SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.002, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,


RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 02/99, celebrado entre o Senado Federal e a VILLAS BOAS CLÍNICA DE RADIOLOGIA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

REC-2109-11
↓
Diretor de SGAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.003, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

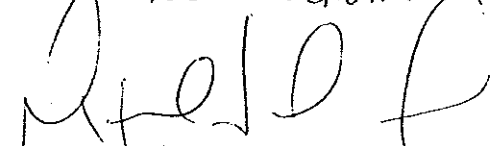
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 05/99, celebrado entre o Senado Federal e o HOSPITAL SANTA LÚCIA S/A.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

02/09/99
Diretor de SSA/DF

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.004, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

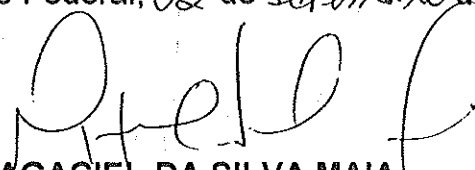
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 04/99, celebrado entre o Senado Federal e o LABORATÓRIO PIO X LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

P. 11.6.100.100
Dir. 2.005/99
19
Diretor da SSAPEN

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.005, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 09/99, celebrado entre o Senado Federal e o CMG - CENTRO MÉDICO GERAL DE SAÚDE DO GAMA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Em 02/09/99
V₁
Diretor de SCAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.006, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

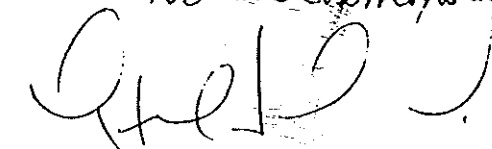
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 01/99, celebrado entre o Senado Federal e o ORTOTRAUMA - CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DA ASA NORTE LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Em 02/09/99
Duração de 68AP29

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.007, DE 1999**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

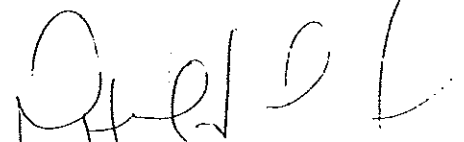
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 011/99, celebrado entre o Senado Federal e a COTREL - CLÍNICA DE ORTOPEDIA TRAUMATOLOGIA E REABILITAÇÃO LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

RECEBUE
20/09/99
Direção de SSAPSH

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.008, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

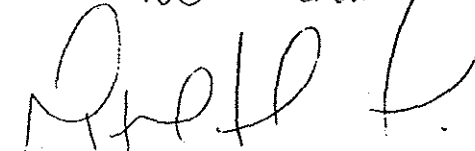
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 06/99, celebrado entre o Senado Federal e o CRB- CENTRO RADIOLÓGICO DE BRASÍLIA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

02/09/99
Diretor de SSAFES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.009, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

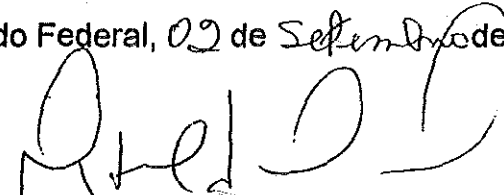
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO, matrícula nº 4462, e SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula nº 4721, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 08/99, celebrado entre o Senado Federal e o LÁBORATÓRIO PASTEUR PATOLOGIA CLÍNICA S/C LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

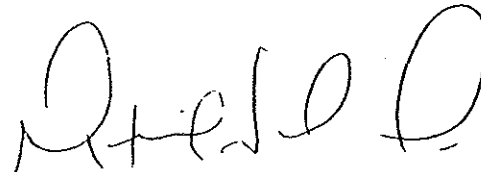
124 11 11
124 11 11
124 11 11

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.010, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor RALPH CAMPOS SIQUEIRA, matrícula 5010, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 3, Especialidade de Datilografia, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, símbolo FC-7, do Serviço de Aposentadorias e Pensões, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Técnico do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1.º de setembro de 1999.

Senado Federal, 2 de setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

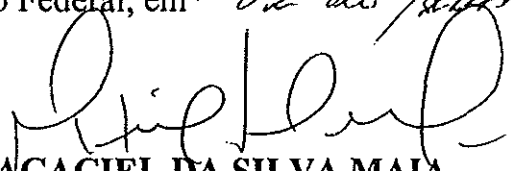
2.011
02/09/99

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.011, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13962/99-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **EUGENIA MARIA PEREIRA VITORINO**, matrícula nº 30713, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, em 02 de setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

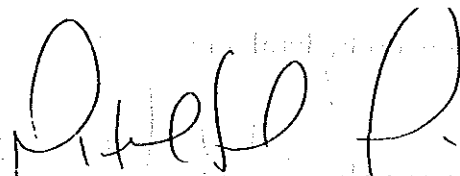
RECEBUE-SI
02/09/99
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.012, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013900/99-4,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no artigo 35, inciso II da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCO ANTÔNIO RATTES NUNES**, matrícula 31275, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Emília Fernandes.

Senado Federal, 2 de setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

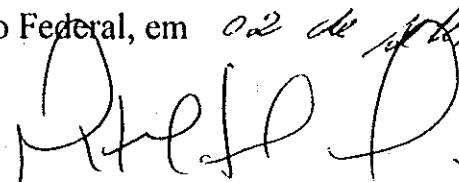
02 09/99
U
A

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.013, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013900/99-4

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **OLÍMPIO ANTÔNIO BRASIL CRUZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Emília Fernandes.

Senado Federal, em 02 de Setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

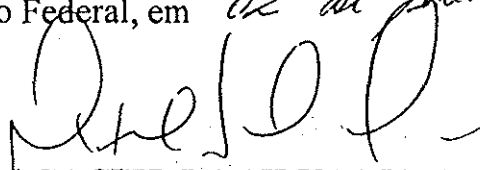
02.09.99

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.014, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 13958/99-2,

RESOLVE exonerar **ANTONIO CLAUDIO FERREIRA LIMA**, matrícula n.º 30887, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Sérgio Machado e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, em 02 de setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


THALIS AUGUSTO OLIVEIRA
02/09/99
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.015, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 13959/99-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THALIS AUGUSTO OLIVEIRA MURRIETA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 02 de setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

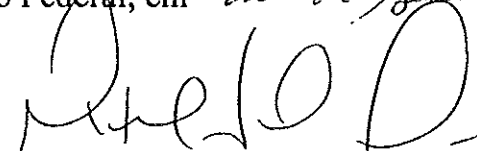
02/09/99
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.016, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 13960/99-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO AUGUSTO DE CASTRO NEVES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 02 de setembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente : (Vago)
Vice-Presidente: (Vago)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoffl.
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

- 1 José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
	- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4609)
	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4609)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
	- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: NEY SUASSUNA					
Vice-Presidente: BELLO PARGA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BIZERRA	MT	2291/2297	1. VAGO		
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTÔNIO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNADES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário de regime: 1. Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracc@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

	PMDB	
MARLUCE PINTO		RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO		DF-4064/65
	PFL	
GERALDO ALTHOFF		SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES		SE-4055/57
	PSDB	
OSMAR DIAS		PR-2121/25
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)		
HELOÍSA HELENA (PT)		AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)		AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)		RS-2331/37

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
VAGO			2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE					
Presidente: FREITAS NETO					
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	PMDB
GERSON CAMATA	RO-3130/32
PEDRO SIMON	ES-3203/04
	RS-3230/32

DJALMA BESSA	PFL
ROMEU TUMA	BA-2211/17
	SP-2051/57

ALVARO DIAS	PSDB
ARTUR DA TÁVOLA	PR-3206/07
	RJ-2431/37

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (9) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julloric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA
MAGUITO VILELA

RS- 1207/1607
GO- 3149/50

PMDB

FRANCELINO PEREIRA

MG- 2414/17

PFL

TEOTÔNIO VILELA

AL- 4093/95

PSDB

ROBERTO SATURNINO - PSB

RJ- 4229/30

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)

LUIZ OTÁVIO

PA-3050/4393

PPB

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julloric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE CC
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE						
Presidente: JOSÉ SARNEY						
Vice-Presidente: CARLOS WILSON						
(19 titulares e 19 suplentes)						
PMDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467	
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204	
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232	
PFL						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213	
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175	
PSDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307	
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI					
Presidente: EMILIA FERNANDES					
Vice-Presidente: ALBERTO SILVA					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLCY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA							
CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3:30	3:1 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1:01	2:5 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3:30	3:3 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2:11	2:4 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3:45	3:3 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1:48	3:1 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	3:3 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4:30	3:3 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARIÍOS
@@@ ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NARCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.



Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Livro da Profecia

Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



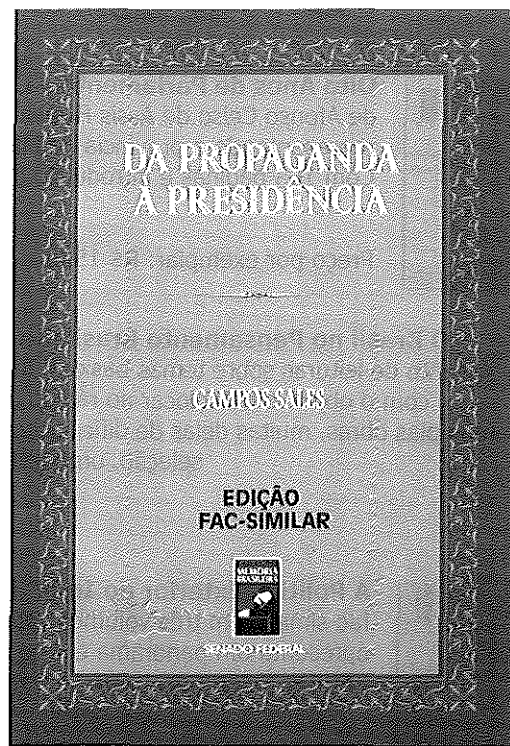
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Da Propaganda à Presidência

Coleção Memória Brasileira

Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Oito Anos de Parlamento – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00

O Brasil no Pensamento Brasileiro – Coleção Brasil 500 Anos – “Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso”. Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.



Preço por exemplar: R\$ 30,00



A Política Exterior do Império – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo “depósito identificado (código dv)/finalidade” com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



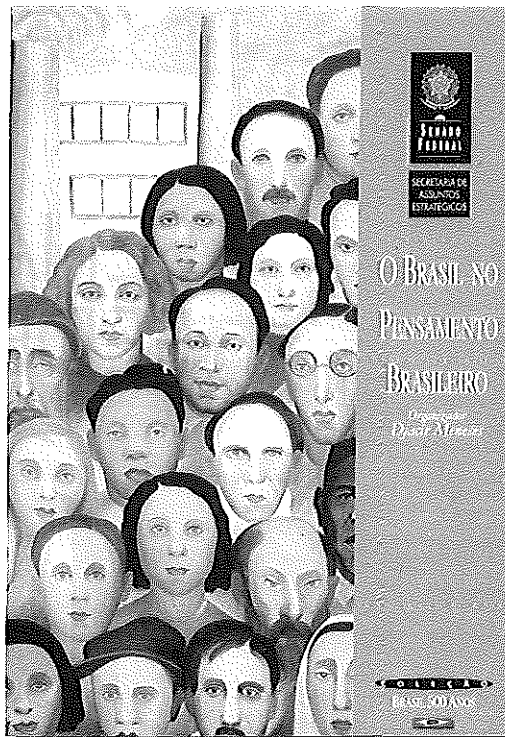
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djalir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS